



# CARGO 1

AUDITOR FEDERAL DE CONTROLE EXTERNO

ÁREA: CONTROLE EXTERNO

ESPECIALIDADE: CONTROLE EXTERNO

ORIENTAÇÃO: AUDITORIA GOVERNAMENTAL



## CADERNO DE PROVAS OBJETIVA $P_1$ E DISCURSIVA $P_3$

### LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Confira inicialmente se os seus dados pessoais, transcritos acima, estão corretos e coincidem com os que estão registrados em sua folha de respostas e em seu caderno de textos definitivos da prova discursiva e verifique o seu nome em cada página numerada deste caderno. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua folha de respostas, correspondentes à prova objetiva  $P_1$ , e se ele contém duas questões, correspondentes à prova discursiva  $P_3$ , acompanhadas de espaços para rascunho. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou apresente divergência quanto aos seus dados pessoais, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da sua folha de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:  
*A firmeza se distingue nos atos de justiça.*
- 3 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição dos textos definitivos da prova discursiva para o caderno de textos definitivos.
- 5 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e o seu caderno de textos definitivos e deixe o local de provas.
- 6 Nenhuma folha deste caderno pode ser destacada.
- 7 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno, na folha de respostas ou no caderno de textos definitivos poderá implicar a anulação das suas provas.

#### OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet — [www.cespe.unb.br](http://www.cespe.unb.br).
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.

## PROVA OBJETIVA P<sub>1</sub> — CONHECIMENTOS BÁSICOS

Na história das ideias, são raras as proposições gerais que não se desfazem em exceções. É necessário, no entanto, generalizar e comparar, e a generalização que nos servirá de ponto de partida está entre as mais robustas de que a história das ideias é capaz. Ei-la: o grande divisor de águas no tocante à evolução da noção de progresso civilizatório e do seu impacto sobre a felicidade humana foi o Iluminismo europeu do século XVIII — a “era da razão”. A equação fundamental do Iluminismo pressupunha a existência de uma espécie de harmonia preestabelecida entre o progresso da civilização e o aumento da felicidade.

A meteorologia usa o barômetro para medir a pressão da atmosfera e prever as mudanças do clima. Se a história das ideias possuísse um instrumento análogo, capaz de fazer leituras barométricas dos climas de opinião em determinados períodos e de registrar as variações de expectativa em relação ao futuro em diferentes épocas, então haveria pouca margem para dúvida de que o século XVIII deslocaria o ponteiro da confiança no progresso e no aumento da felicidade humana ao longo do tempo até o ponto mais extremo de que se tem notícia nos anais da história intelectual.

Eduardo Giannetti, *Felicidade: diálogos sobre o bem-estar na civilização*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 19-22 (com adaptações).

Com base no texto acima, julgue os seguintes itens.

- 1 Preservando-se a coerência e a correção gramatical do texto, seu primeiro período poderia ser assim reescrito: É raro, na história das ideias, que se encontre proposições de natureza geral que se mantenham firmes diante de exceções.
- 2 A relação entre progresso civilizatório e felicidade está associada a um momento histórico específico, o Iluminismo, embora o texto indique que a relação entre esses elementos possa ser observada em outras épocas e movimentos históricos.
- 3 O reconhecimento, pelo autor, de que seu argumento está fundamentado em base frágil, a generalização na história das ideias, e de que essa generalização é necessária funciona como forma de evitar, no nível discursivo, eventuais críticas ao seu posicionamento.

Texto para os itens de 4 a 7

### Como o brasileiro vê a felicidade

Uma pesquisa feita pela FIESP, em 2010, revela o nível de felicidade no país e o que influencia a satisfação com a vida

#### FATORES DA FELICIDADE

Os fatores mais importantes para se sentir feliz, segundo os entrevistados pela pesquisa

Em % (2009)



#### ENTRE OS SEXOS

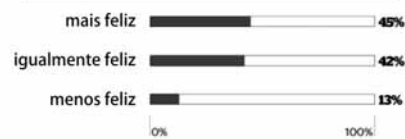
Os homens brasileiros acreditam mais no dinheiro como fonte de felicidade



#### O GRAU DE FELICIDADE

Em geral, os brasileiros entrevistados se consideram mais felizes no momento atual do que no passado

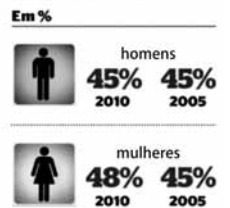
Em comparação com cinco anos atrás, porcentagem da população que se declara...



Fonte: Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp)

#### ENTRE OS SEXOS

Média de pessoas que se declararam felizes



O mito da felicidade. In: *Época*, 27/5/2011. Internet: <www.revistaepoca.globo.com> (com adaptações).

Cada um dos itens a seguir apresenta uma afirmação referente aos dados da pesquisa a que se refere o texto. Julgue-os quanto à correção gramatical e à conformidade com os dados apresentados.

- 4 Mais de 50% dos homens e mulheres entrevistados considera o dinheiro como uma fonte de felicidade; grande parte desse grupo é formada por homens que respondem por 64% dos indivíduos que pensam assim.
- 5 Nota-se um decréscimo no número de mulheres que se declararam felizes quando se compara os dados colhidos em 2010 aqueles de 2005.
- 6 A pesquisa da FIESP levantou dados estatísticos acerca dos fatores que os brasileiros julgam estar ligados à felicidade, como, por exemplo, a idade e o casamento.

Considerando as ideias e aspectos gramaticais do texto, julgue o item abaixo.

- 7 O trecho “Uma pesquisa (...) com a vida”, logo abaixo do título do texto, poderia ser reescrito, mantendo-se sua correção gramatical e seu sentido original, da seguinte forma: O nível de felicidade no Brasil e os fatores a que as pessoas atribuem sua satisfação com a vida foram revelados em 2010 por uma pesquisa feita pela FIESP.

1 Para o filósofo Bentham, a felicidade era uma  
 2 proposição matemática, e ele passou anos realizando  
 3 pequenos ajustes em seu “cálculo da felicidade”, um termo  
 4 maravilhosamente atraente. Eu, por exemplo, nunca associei  
 5 cálculo à felicidade. No entanto, trata-se de matemática  
 6 simples. Some os aspectos prazerosos de sua vida, depois  
 7 subtraia os desagradáveis. O resultado é a sua felicidade  
 8 total. Os mesmos cálculos, acreditava Bentham, podiam ser  
 9 aplicados a uma nação inteira. Cada medida tomada por um  
 10 governo, cada lei aprovada, deveria ser vista sob o prisma da  
 11 “maior felicidade possível”. Bentham ponderou que dar dez  
 12 dólares a um homem pobre contava mais do que dar dez  
 13 dólares a um homem rico, já que o pobre tirava mais prazer  
 desse dinheiro.

Erie Weiner. *Geografia da felicidade*. Trad. Andréa Rocha. Rio de Janeiro: Agir, 2009. p. 247-8 (com adaptações).

Com base no texto acima, julgue os itens subsequentes.

- 8 Infere-se do texto que, para Bentham, os pobres têm mais direito à felicidade, devido à sua capacidade de tirar mais prazer de pequenas coisas.
- 9 A expressão “No entanto” (l.5) introduz, no texto, ideia de oposição ao fato de o autor nunca ter associado cálculo à felicidade.
- 10 No último período do texto, o trecho “que dar (...) desse dinheiro” funciona como objeto que complementa o sentido de “ponderou”, forma verbal da oração cujo sujeito é Bentham.
- 11 O autor constrói seu texto de forma a se aproximar do leitor, o que explica, por exemplo, o emprego da primeira pessoa do singular no segundo período e o do imperativo no quarto.

1 A mais ínfima felicidade, quando está sempre presente  
 2 e nos torna felizes, é incomparavelmente superior à maior de  
 3 todas, que só se produz de maneira episódica, como uma  
 4 espécie de capricho, como uma inspiração insensata, em meio  
 5 a uma vida que é dor, avidez e privação. Tanto na menor como  
 6 na maior felicidade, porém, há sempre algo que faz que a  
 7 felicidade seja uma felicidade: a faculdade de esquecer, ou  
 8 melhor, em palavras mais eruditas, a faculdade de sentir as  
 9 coisas, durante todo o tempo que dura a felicidade, fora de  
 10 qualquer perspectiva histórica. Aquele que não sabe instalar-se  
 11 no limiar do instante, esquecendo todo o passado, aquele que  
 12 não sabe, como uma deusa da vitória, colocar-se de pé uma vez  
 13 sequer, sem medo e sem vertigem, este não saberá jamais o que  
 14 é a felicidade, e o que é ainda pior: ele jamais estará em  
 15 condições de tornar os outros felizes. É possível viver, e  
 16 mesmo viver feliz, quase sem lembrança, como o demonstra  
 o animal; mas é absolutamente impossível ser feliz sem  
 esquecimento.

F. W. Nietzsche. *II Consideração intempestiva sobre a utilidade e os inconvenientes da história para a vida*. In: *Escritos sobre história*. São Paulo: Loyola, 2005. p. 72-3 (com adaptações).

Com base no texto acima, julgue os itens que se seguem.

- 12 O texto caracteriza-se como predominantemente dissertativo-argumentativo, e o autor utiliza recursos discursivos diversos para construir sua argumentação, como, por exemplo, linguagem figurada e repetições.
- 13 No segundo período do texto, o trecho introduzido pelos dois pontos apresenta uma explicação do que o autor entende por “maior felicidade” (l.6).
- 14 O autor estabelece em seu texto uma oposição entre história e felicidade.

Mem. 123/2011- SEGECEX

Aos Srs. Chefes das Unidades Técnicas da SEGECEX  
 Assunto: Prazo para envio de relatório semestral

1. Solicito a Vossa(s) Senhoria(s) verificar o novo prazo para envio do relatório semestral das Unidades Técnicas da SEGECEX.
2. Considerando as determinações contidas no Memorando n.º 10/2011, reafirmo que não serão aceitos os relatórios que não cumprirem o novo prazo. Ademais, solicito que observem com rigor a digitalização dos documentos para envio pelo PROTAD, com o propósito de racionalizar o processo.
3. Devo mencionar, por fim, que os relatórios serão recebidos diretamente pelo Serviço de Gestão Documental (SEGED), em Brasília.

Respeitosamente,

Secretário-Geral de Controle Externo

Considerando que o documento acima, adaptado, seja uma comunicação oficial do Tribunal de Contas da União (TCU) a ser encaminhada ao destinatário, julgue os itens subsequentes, no que se refere à sua adequação às normas da redação oficial.

- 15 Na identificação do signatário, a apresentação do nome da autoridade que expediu o memorando torna-se opcional, dados o caráter impessoal da redação oficial e a especificação do cargo da autoridade após o fecho do documento.
- 16 O documento em questão não está adequado às normas de redação oficial; documentos oficiais em forma de memorando devem apresentar obrigatoriamente o local e a data em que são assinados, na parte superior, com alinhamento à direita.
- 17 Assim como o aviso e o ofício, o memorando deve conter uma parte em que se apresentam o tipo e o número do documento, além do órgão que o expede, conforme o exemplo “Mem. 123/2011- SEGECEX”.
- 18 No memorando apresentado, infringe-se a estrutura do expediente oficial, uma vez que a numeração de parágrafos deve-se restringir aos textos de documentos oficiais que se subdividam em títulos e subtítulos.
- 19 Em documentos oficiais em forma de memorando, ofício e aviso, empregam-se os fechos de acordo com a relação hierárquica estabelecida entre remetente e destinatário do documento; por isso o termo “Respeitosamente”, no fecho do memorando em apreço, deve ser substituído por **Atenciosamente**, dado que o documento se dirige a autoridades de hierarquia inferior à do remetente.

Julgue os itens a seguir, relativos às entidades fiscalizadoras superiores (EFSs) e à Declaração de Lima.

- 20** A Organização das Entidades Fiscalizadoras dos Estados-partes do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), da Bolívia e do Chile, além de seus respectivos órgãos nacionais, admitidos como membros ativos, pode admitir, como membros associados, organizações supranacionais de controle e fiscalização dos recursos públicos, bem como EFSs dos países com expressão comunitária e organismos internacionais de crédito.
- 21** O fato de órgãos e entidades governamentais serem objeto do controle exercido por uma EFS não implica subordinação de tal maneira que eles possam isentar-se de responsabilidades em relação às suas operações e decisões. Se, entretanto, em vez de recomendações, a EFS emitir resoluções ou atos similares, o seu cumprimento se tornará obrigatório.
- 22** As obras públicas, em geral, por envolverem recursos consideráveis, requerem atenção especial, cabendo à EFS exclusivamente o controle da regularidade das despesas efetuadas. A avaliação dos resultados e a qualidade da execução das obras constituem responsabilidade exclusiva dos próprios contratantes.

Julgue os próximos itens, referentes aos sistemas de controle na administração pública brasileira e ao TCU.

- 23** Caso sejam constatadas irregularidades nas contas do presidente da República, o TCU deverá emitir parecer prévio pela rejeição dessas contas, o que tornará o chefe do Poder Executivo inelegível para as eleições que se realizarem nos oito anos subsequentes à emissão da referida peça técnica.
- 24** A sustação da execução de contrato é um tipo de medida corretiva requerida pelo TCU, cabendo a decisão final exclusivamente ao Congresso Nacional, dada a sua natureza essencialmente política.

Julgue os itens subsequentes, relativos à organização e ao funcionamento do TCU.

- 25** A supervisão exercida sobre as estatais, conforme estabelece o Decreto-lei n.º 200/1967, constitui abordagem do controle que visa, entre outros aspectos, a garantia da autonomia administrativa, financeira e operacional dessas empresas, razão por que o seu orçamento é submetido a outros órgãos do Poder Executivo, e não ao Poder Legislativo.
- 26** A jurisdição do TCU estende-se aos sucessores de ex-dirigentes de entidades estatais que cometam irregularidades que resultem em prejuízo para os cofres públicos, até o limite do prejuízo apurado e não ressarcido, independentemente do patrimônio transferido.
- 27** Um parlamentar que deseje obter informações pormenorizadas acerca de auditoria realizada pelo TCU em determinado órgão da administração federal deverá requerer à comissão da respectiva Casa a aprovação da solicitação, que, então, poderá ser formalmente encaminhada ao TCU, para apreciação em caráter de urgência.
- 28** O presidente da República tem a prerrogativa de escolher livremente apenas um dos nove ministros do TCU, além de outros dois indicados em listas tríplexes pelo próprio TCU, estando essas três escolhas sujeitas ao crivo do Senado Federal.
- 29** Caso a documentação contábil de determinada entidade seja roubada e seja impossível a sua recuperação ou a obtenção de informações apropriadas e suficientes sobre as operações dessa entidade, suas contas deverão ser consideradas ilíquidáveis, e o processo correspondente, arquivado. A baixa da responsabilidade do administrador, entretanto, somente poderá ser dada após cinco anos da decisão terminativa do TCU.

Julgue os itens a seguir com base no Código de Ética dos Servidores do TCU.

- 30** A recusa sistemática do servidor em participar de programas de atualização profissional promovidos pelo próprio TCU, incluindo-se os ministrados por outras instituições, à falta de justificativas plausíveis, fere o Código de Ética, configurando descumprimento de dever funcional.
- 31** O servidor do TCU regularmente inscrito na OAB poderá atuar, como advogado de outro servidor do TCU, em ação que envolva a própria instituição, desde que a prestação do serviço não envolva nenhum tipo de remuneração.
- 32** Não há impedimento ou suspeição em relação ao servidor do TCU que seja designado para efetuar diligência em entidade estatal vinculada a ministério onde ele tenha realizado auditorias pelo sistema de controle interno, desde que o servidor não tenha atuado como advogado, perito ou servidor do sistema de controle interno em processo envolvendo a citada entidade estatal.

Acerca do controle de constitucionalidade no sistema brasileiro, julgue os itens subsequentes.

- 33** Não se admitem a desistência e a ação rescisória dos julgados de ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade.
- 34** Tanto a proposta de emenda constitucional quanto a própria emenda constitucional podem ser objeto de controle de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal (STF).

À luz do disposto na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o próximo item, a respeito dos direitos e garantias fundamentais.

- 35** Se indícios da prática de ilícito penal por determinada pessoa constarem de escritos anônimos, a peça apócrifa, por si só, em regra, não será suficiente para a instauração de procedimento investigatório, haja vista a vedação ao anonimato prevista na CF.

Julgue os itens que se seguem, relativos à organização político-administrativa do Estado brasileiro.

- 36** De acordo com a CF, a União e os estados-membros podem criar regiões de desenvolvimento visando à redução das desigualdades regionais.
- 37** A CF não conferiu a denominada tríplex capacidade — auto-organização, autogoverno e autoadministração — aos municípios e aos territórios federais.

Acerca do Poder Executivo e dos servidores públicos da administração pública federal, julgue os itens seguintes.

- 38** A competência do presidente da República para conceder indulto pode ser delegada a alguns ministros de Estado.
- 39** O servidor público estável pode ser demitido mediante processo administrativo que lhe assegure ampla defesa, mesmo quando pendente o julgamento da ação penal ajuizada para apuração do mesmo fato.

Julgue o próximo item, relativo às funções essenciais da Justiça.

- 40** Ao contrário do Ministério Público e das defensorias públicas estaduais, a Advocacia-Geral da União, segundo a CF, não dispõe de autonomia funcional e administrativa.

A respeito dos orçamentos e da ordem econômica e financeira, julgue os itens seguintes.

- 41** De acordo com a CF, constituem monopólio da União a pesquisa, a comercialização e a lavra das jazidas de petróleo e gás natural.
- 42** A abertura de crédito suplementar ou especial depende de autorização legislativa.

A respeito da organização administrativa da União, julgue os itens seguintes.

- 43** Ação judicial cuja parte autora seja um cidadão comum que requeira indenização por danos materiais e morais contra empresa pública federal será processada na justiça federal.
- 44** No caso das autarquias, se a decisão judicial estiver fundada em jurisprudência do plenário do STF, em súmula do STF ou de tribunal superior competente, não se aplicará o duplo grau de jurisdição obrigatório.

Julgue os itens que se seguem, relativos a agentes públicos.

- 45** A contratação temporária na esfera federal não é feita mediante concurso público, mas por meio de processo seletivo simplificado, sujeito a ampla divulgação.
- 46** Os comissários de menores são exemplos de agentes honoríficos: não possuem vínculo profissional com o Estado, mas, para fins penais, são equiparados a funcionários públicos.
- 47** A exoneração de servidor que ocupe cargo comissionado caracteriza-se como ação de caráter punitivo, sendo necessário prévio processo administrativo, garantindo-se o contraditório e a ampla defesa.

Com relação aos poderes administrativos, julgue os itens subsequentes.

- 48** O poder disciplinar da administração pública confunde-se com o poder punitivo do Estado.
- 49** O exercício do poder de polícia não pode ser delegado a entidade privada.
- 50** É obrigatória a obtenção prévia de autorização judicial para a demolição de edificação irregular.
- 51** A razoabilidade funciona como limitador do poder discricionário do administrador.

No que se refere aos atos administrativos, julgue os seguintes itens.

- 52** Delegação não transfere competência, mas somente, e em caráter temporário, transfere o exercício de parte das atribuições do delegante.
- 53** A forma é requisito vinculado e imprescindível à validade do ato administrativo: sempre que a lei expressamente exigir determinada forma para a validade do ato, a inobservância dessa exigência acarretará a nulidade desse ato.
- 54** O ato discricionário não está sujeito à apreciação do Poder Judiciário.
- 55** Ao celebrar com particular um contrato de abertura de conta-corrente, um banco estatal pratica ato administrativo.

Julgue os itens seguintes, relativos às licitações e aos contratos administrativos.

- 56** Comete crime o servidor público que a terceiro fornece envelope lacrado contendo uma proposta, para que esse terceiro a devasse.
- 57** O princípio da adjudicação obrigatória ao vencedor é a garantia de que a administração pública celebrará o contrato com o vencedor do certame.
- 58** O licitante vencedor do certame pode propor à administração pública alterações no contrato administrativo antes da assinatura deste.
- 59** A rescisão de um contrato administrativo por culpa da administração pública somente pode ser feita na esfera judicial ou por acordo entre as partes.
- 60** O edital de processo de licitação para a aquisição de material de consumo pode conter regra segundo a qual seja beneficiada empresa que produza os materiais no Brasil.

Com relação à Lei de Introdução ao Código Civil e às normas do direito brasileiro, julgue os itens a seguir.

- 61** O Código Civil entrosa o conceito de capacidade de direito com o de personalidade, de maneira que o homem, tendo personalidade jurídica, também possui capacidade para ser titular de direitos e obrigações na ordem civil. Assim, os conceitos de capacidade de direito e de personalidade jurídica se equivalem.
- 62** A vigência, uma qualidade da lei, diz respeito a sua eficácia temporal.
- 63** De acordo com a Lei de Introdução ao Código Civil, não há hierarquia entre as fontes formais do direito, de maneira que, mesmo havendo lei expressa a respeito da causa sob julgamento, o juiz, em vez de aplicar a lei, poderá dar preferência à aplicação da analogia, dos costumes ou dos princípios gerais do direito.
- 64** Em razão da soberania estatal, pelo sistema da territorialidade, a norma jurídica brasileira aplica-se no território do Estado brasileiro, território esse que compreende o espaço geográfico onde se situa e, por extensão, as embaixadas, os consulados e os navios de guerra, onde quer que se encontrem.

Julgue os itens seguintes, a respeito da disciplina do direito civil.

- 65** O que caracteriza a fundação é a sua finalidade, que não pode ser econômica, mas religiosa, moral, cultural, assistencial, desportiva ou recreativa. Nesse sentido, o patrimônio é dispensável para a constituição de uma fundação.
- 66** As normas que estipulam os prazos prescricionais são dispositivas e, por isso, podem ser livremente alteradas pela manifestação de vontade das partes interessadas.
- 67** A personalidade civil da pessoa natural começa com a concepção, pois, desde esse momento, já começa a formação de um novo ser, sendo o nascimento com vida mera confirmação da situação jurídica preexistente. Nesse sentido, o Código Civil adota, a respeito da personalidade, a teoria concepcionista.
- 68** O nome é a designação que distingue a pessoa das demais e a individualiza no seio da sociedade. O Código Civil brasileiro tutela o nome, em razão do seu aspecto público, mas não o sobrenome, que se refere à ancestralidade, aspecto irrelevante para o direito.
- 69** A sede jurídica de uma pessoa é denominada domicílio, entendendo-se como tal o lugar onde a pessoa pode ser encontrada para responder por suas obrigações. Juridicamente, domicílio equivale a residência, morada ou habitação.
- 70** O início da existência legal da pessoa jurídica de direito privado se dá com a formalização do seu ato constitutivo, que pode ser tanto a celebração do contrato social, no caso das sociedades, quanto a lavratura do estatuto, no caso das associações.

Com relação aos princípios do processo civil, julgue os itens subsequentes.

- 71** O princípio do contraditório é uma garantia constitucional ligada ao processo, mas não impõe que as partes se manifestem de maneira efetiva em relação aos atos do processo, bastando que a elas seja concedida essa oportunidade.
- 72** O princípio processual do juiz natural, segundo a CF, consiste na garantia de julgamento por juiz competente.
- 73** O princípio da ampla defesa pressupõe que as partes devem litigar em pé de igualdade. O juiz, por seu lado, deve colocar-se de forma equidistante em relação às partes, garantindo-lhes a produção de prova dos fatos alegados.
- 74** O princípio do contraditório consiste em um verdadeiro diálogo entre as partes do processo, ou seja, deve-se conceder a oportunidade de participar do procedimento a todo aquele cuja esfera jurídica possa ser atingida pelo resultado do processo.

Julgue os itens que se seguem, acerca dos atos do juiz.

- 75** A assinatura dos atos processuais privativos do juiz pode ser feita eletronicamente, na forma que dispuser a lei.
- 76** Ao longo do processo, é natural surgirem questões que exijam decisões a serem tomadas pelo magistrado. Essas decisões, quando resolvem incidentalmente questões relevantes, denominam-se decisões interlocutórias.
- 77** Os despachos, atos que não implicam decisões capazes de causar algum gravame às partes, são praticados sempre de ofício pelo juiz, em razão do princípio do impulso oficial, sendo, pois, vedado às partes requerer ao magistrado que os pratique.
- 78** Por meio da sentença, o juiz cumpre a função jurisdicional, aplicando o direito ao caso concreto e pondo fim ao processo, com o seu consequente arquivamento, de forma definitiva.
- 79** Os elementos essenciais da sentença são o relatório, a motivação e a decisão. Na fundamentação da sentença, o juiz descreve o pedido com as suas razões e especificações, as defesas apresentadas e os pontos controvertidos.
- 80** A exigência de que todas as decisões judiciais sejam fundamentadas, sob pena de nulidade, é uma garantia constitucional ligada ao processo.

Considerando a teoria do direito penal, a lei penal em vigor e a Lei de Licitações (Lei n.º 8.666/1993), julgue os itens subsequentes.

- 81** Dispensar ou inexigir licitação fora das hipóteses previstas em lei, realizar modalidade de licitação em desacordo com a lei ou deixar de observar as formalidades pertinentes à dispensa ou à inexigibilidade são condutas previstas como crime na Lei de Licitações.
- 82** A lei penal que, de qualquer modo, beneficie o agente deve retroagir, desde que respeitado o trânsito em julgado da sentença penal condenatória.
- 83** Para os fins de aplicação dos dispositivos penais contidos na Lei de Licitações, equipara-se a servidor público aquele que exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal, incluídas as sociedades de economia mista.
- 84** Sujeito ativo é aquele que pratica a conduta descrita no tipo penal. Em regra, o sujeito ativo pode ser qualquer pessoa, independentemente de qualidades ou condições especiais, como, por exemplo, a de funcionário público no crime de peculato. O sujeito passivo, por sua vez, é o titular do bem jurídico lesado ou ameaçado de lesão, ou seja, a vítima da ação praticada pelo sujeito ativo.

Acerca da tipicidade, da culpabilidade e da punibilidade, julgue os itens a seguir.

- 85** O menor de dezoito anos de idade é isento de pena por inimputabilidade, mas é capaz de agir com dolo, ou seja, é capaz de praticar uma ação típica.
- 86** As escusas absolutórias também são consideradas causas de exclusão da culpabilidade.
- 87** São causas de exclusão da culpabilidade, expressamente previstas no Código Penal brasileiro, a coação moral irresistível e a ordem não manifestamente ilegal de superior hierárquico.
- 88** A prescrição, ao contrário do perdão judicial, é causa de extinção da punibilidade.
- 89** Se o juízo de adequação típica for negativo, ou seja, se não houver subsunção da conduta ao tipo penal, verifica-se causa pessoal de exclusão de pena.
- 90** Na doutrina e jurisprudência contemporâneas, predomina o entendimento de que a punibilidade não integra o conceito analítico de delito, que ficaria definido como conduta típica, ilícita e culpável.

1 Government accountants and auditors work in the public sector, maintaining and examining the records of government agencies and auditing private businesses and individuals whose activities are subject to government regulations or taxation. Accountants employed by Federal, State, and local governments ensure that revenues are received and expenditures are made in accordance with laws and regulations. Those employed by the Federal Government may work as Internal Revenue Service agents or in financial management, financial institution examination, or budget analysis and administration.

13 Internal auditors verify the effectiveness of their organization's internal controls and check for mismanagement, waste, or fraud. They examine and evaluate their firms' financial and information systems, management procedures, and internal controls to ensure that records are accurate and controls are adequate. They also review company operations, evaluating their efficiency, effectiveness, and compliance with corporate policies and government regulations. Because computer systems commonly automate transactions and make information readily available, internal auditors may also help management evaluate the effectiveness of their controls based on real-time data, rather than personal observation. They may recommend and review controls for their organization's computer systems to ensure their reliability and integrity of the data. Internal auditors may also have specialty titles, such as information technology auditors, environmental auditors, and compliance auditors.

28 Technology is rapidly changing the nature of the work of most accountants and auditors. With the aid of special software packages, accountants summarize transactions in the standard formats of financial records and organize data in special formats employed in financial analysis. These accounting packages greatly reduce the tedious work associated with data management and recordkeeping. Computers enable accountants and auditors to be more mobile and to use their clients' computer systems to extract information from databases and the Internet. As a result, a growing number of accountants and auditors with extensive computer skills specialize in correcting problems with software or in developing software to meet unique data management and analytical needs. Accountants also are beginning to perform more technical duties, such as implementing, controlling, and auditing computer systems and networks and developing technology plans.

Internet: <www.bls.gov> (adapted).

Based on the text above, judge the following items.

- 91** Accounting packages significantly decrease the absorbing work linked to data management and recordkeeping.
- 92** An increasing number of accountants and auditors are now able to cope with data management and analytical needs.
- 93** Accountants are now starting to perform more technical tasks.
- 94** Government accountants work for private enterprises and individuals.
- 95** Accountants hired by Federal, State, and local governments guarantee that the total income is received and expenditure is set as required by laws and regulations.
- 96** Accountants and auditors employed by the Federal Government ought to work as Internal Revenue agents or in financial management, financial institute examination, or budget analysis and administration.
- 97** Internal auditors check over the effectiveness of their organization's internal control.
- 98** Internal auditors are in charge of preventing mismanagement, waste, or fraud.
- 99** Automated transactions of computer systems have now been readily replaced by personal observation.
- 100** The pronoun "their" (l.36) refers to "clients' computer systems" (l.37).

**PROVA DISCURSIVA P<sub>3</sub> – CONHECIMENTOS BÁSICOS**

- Nesta prova, faça o que se pede, usando os espaços para rascunho indicados no presente caderno. Em seguida, transcreva os textos para o **CADERNO DE TEXTOS DEFINITIVOS DA PROVA DISCURSIVA P<sub>3</sub>— CONHECIMENTOS BÁSICOS**, nos locais apropriados, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito na folha correspondente do caderno de textos definitivos.
- No **caderno de textos definitivos**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

**QUESTÃO 1****Texto I**

O TCU, com base nas diretrizes da Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI), conceitua a auditoria operacional como o exame independente e objetivo da economicidade, eficiência, eficácia e efetividade de organizações, programas e atividades governamentais, com a finalidade de promover o aperfeiçoamento da gestão pública. A auditoria operacional vem merecendo atenção crescente nos trabalhos do tribunal, cuja atuação, hoje, transcende a mera verificação da regularidade das despesas públicas, que, por mais que se considere essencial, é insuficiente para efeito de avaliação do desempenho de uma entidade e de seus dirigentes.

**Texto II**

Uma instituição pública de ensino ofereceu cem vagas para um curso profissionalizante com duração prevista de dois anos, tendo sido todas preenchidas. A falta de disponibilidade de professores obrigou a instituição a recrutar profissionais em outras instituições ou localidades. Ao final do período de dois anos, metade dos alunos havia desistido do curso; do restante, a metade só concluiu o curso ao final de três anos. Dos formados, apenas a metade passou a atuar na área ou utilizou os novos conhecimentos na sua atividade profissional.

---

Considerando as informações apresentadas no texto I, acima, discorra sobre o entendimento a respeito de economicidade, eficiência, eficácia e efetividade, e suas aplicações ao caso concreto apresentado no texto II.

---



**RASCUNHO – QUESTÃO 1**

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

**QUESTÃO 2**

Defina a teoria da imprevisão e discorra sobre três de suas consequências para o direito administrativo.

**RASCUNHO – QUESTÃO 2**

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	